



Entre -pólis e -lândia(s): o conceito de sufixo toponímico e sua presença em topônimos brasileiros nos séculos XIX e XX

Between -polis and -land(s): the concept of toponymic suffix and its occurrence in Brazilian place names across the 19th and 20th centuries

Patricia CARVALHINHOS*

RESUMO: Apesar de boa parte das pesquisas relacionadas a topônimos esbarrarem na formação sufixal, detectamos uma lacuna no que concerne aos sufixos toponímicos – aqueles sufixos usados de modo quase exclusivo para a construção de topônimos. Embora o termo conste em alguma literatura em língua portuguesa, uma busca mais ativa revelou que não há textos específicos sobre o assunto. Há dois tipos básicos de sufixação presentes em nomes geográficos: a primeira relaciona-se aos sufixos normalmente presentes em uma língua. Em topônimos espontâneos, os sufixos mais comuns são os diminutivos, aumentativos, coletivos. A segunda forma de sufixação pode estar presente em formações espontâneas, mas com frequência foi e é usada no Brasil com objetivos explícitos de formar nomes cujo sufixo expressa a ideia “terra de”. Dada a relevância do tema, o trabalho possui três objetivos centrais. O primeiro é definir o conceito **sufixo toponímico** em língua portuguesa. O segundo é oferecer um sólido levantamento diacrônico sobre a formação dos sufixos que se encaixam nessa conceituação e que são mais frequentes no Brasil contemporâneo, nomeadamente **-pólis** e **-lândia**, partículas de uso bastante antigo na formação de topônimos – embora tratemos de outros sufixos com essa função, como **-burgo**. Esse levantamento diacrônico visitou antigas práticas de nomeação dos espaços pela referência aos grupos étnicos que ocupavam os territórios, em geral expressando relação genitiva. Além disso, refizemos o percurso que converteu palavras plenas nos sufixos **-lândia** e **-pólis**. O terceiro objetivo é observar, por meio de um estudo prático, o comportamento desses sufixos toponímicos no Brasil na formação de nomes de municípios. Para tanto, coletamos um conjunto de topônimos brasileiros que apresentam sufixos toponímicos, aplicados a aglomerados humanos, a partir de nomenclatura geográfica disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Observamos, em proposições de novos nomes para municípios e distritos, o aumento progressivo do uso de sufixos toponímicos de relação genitiva, incorporando o sentido de “terra / cidade de”, após a segunda metade do século XIX. Os resultados comprovam a função de sufixos toponímicos como topoformantes, bem como permitem estabelecer **-pólis** como topoformante mais antigo em uso no Brasil e **-lândia** o mais frequente, sendo característico do século XX.

* Doutora em Linguística. Professora da FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP – Brasil. patricia.carv@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Sufixação. Sufixos toponímicos. Topoformantes. Toponímia brasileira. -lândia e -pólis.

ABSTRACT: Although a sizable portion of research on toponyms touches on suffixal formation, there remains a gap concerning toponymic suffixes—those used almost exclusively in the creation of place names. While the term appears in some Portuguese-language literature, a more thorough search has revealed a lack of dedicated studies on the topic. Two basic types of suffixation are observed in geographical names. The first involves suffixes that are extensively used in the language; in spontaneous toponyms, these are most often diminutives, augmentatives, and collectives. The second type may also arise in spontaneous formations, but in Brazil it has frequently been used deliberately to create place names whose suffixes express the idea of “land of.” Given the relevance of this subject, the paper has three main objectives. The first is to define the concept *toponymic suffix* in Portuguese. The second aims to provide a robust diachronic survey of the formation of those suffixes that fit this definition and are most common in contemporary Brazil—most notably **-pólis** and **-lândia**, which have a long-standing history in toponymic formation, although other suffixes such as **-burgo** are also addressed. This diachronic overview revisits older naming practices that referred to ethnic groups inhabiting particular territories, typically expressing genitive relations. It also traces the historical path by which full lexical items became the suffixes **-lândia** and **-pólis**. The third objective is to understand the behavior of these toponymic suffixes in the naming of Brazilian municipalities. To this end, a *corpus* of Brazilian place names containing toponymic suffixes applied to human settlements was compiled, based on the geographical nomenclature provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In the proposals for new municipality and district names, a progressive increase was observed in the use of genitive-related toponymic suffixes conveying the sense of “land” or “city of,” particularly after the second half of the nineteenth century. The findings confirm the function of toponymic suffixes as topoformants, with **-pólis** identified as the earliest such suffix in use in Brazil and **-lândia** as the most frequent, especially in the twentieth century.

KEYWORDS: Suffixation. Toponymic suffixes. Topoformants. Brazilian toponomastics. -lândia and -pólis.

Artigo recebido em: 05.05.2025

Artigo aprovado em: 11.12.2025

1 Introdução

A teoria do nome próprio aponta dois caminhos básicos para o entendimento do topônimo (conotação e denotação / Nyström, 2016; Van Langendonk; Van de Velde, 2016; Kripke, 1980; Jespersen, 1924). Embora revestido por valores simbólicos (conotação), o topônimo destaca-se pelo uso diurnal e utilitário comandado pela função denotativa, não afetada pela ininteligibilidade semântica: a não compreensão do significado ou o desconhecimento da etimologia de um topônimo não impedem

que este cumpra a função identificadora. Não obstante essa particularidade, a identificação do significado total e a recuperação dos traços morfológicos do nome próprio de lugar são de valia extrema para o toponimista, já que um de seus objetivos é encontrar organicidade em constelações de nomes aparentemente desorganizadas, ordenando esse universo.

Não esquecendo que os atuais caminhos da onomástica, em geral, e da toponímia, em específico, primam pela interdisciplinaridade, este artigo se debruça sobre um aspecto linguístico recorrente em levantamentos e análises toponímicas: afixos, sobretudo sufixos, tanto os presentes em formações espontâneas quanto deliberadas. Nosso foco não é a análise da sufixação em geral presente na nomenclatura geográfica, conforme detalhamos a seguir, mas um tipo particular de sufixação: a sufixação toponímica.

Köhnlein (2015, p.184), ao tratar da formação de topônimos em alemão, lembra que **terminação** (*endings*) é um termo corrente em gramática para definir sufixos, mas em se tratando de usos específicos na formação de topônimos ele sugere, de acordo com a necessidade, que se adote o termo **sufixo toponímico** (*toponymic suffix*) ou **classificador** (*classifier*). O que diferencia esses termos é o fato de o sufixo toponímico, ao se juntar ao radical, não formar palavras independentes – constituindo, assim, uma forma presa –, o que coaduna com a maior parte dos casos analisados nesta oportunidade. Propomos o par de termos **sufixo toponímico / sufixação toponímica** para suprir essa lacuna terminológica.

São três nossos objetivos centrais: o primeiro é oferecer uma revisão densa a respeito da constituição de topônimos com o uso de sufixos toponímicos, o que ocupa o item 2, Revisão de Literatura. O segundo objetivo visa a traçar um percurso histórico e diacrônico dos sufixos toponímicos **-pólis** e **-lândia** e o terceiro e derradeiro objetivo consiste em analisar alguns dos principais sufixos toponímicos presentes em topônimos brasileiros de formação deliberada entre o fim do século XIX e todo o século XX.

Nossos primeiros objetivos, pois, são teóricos. O último objetivo propõe analisar a presença de sufixos toponímicos na criação de topônimos para nomear novos municípios brasileiros. Para tanto, coletamos esses nomes de lugares em um índice de nomenclatura geográfica publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), parte do Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGN), embora também tenhamos usado outras fontes para tal, conforme se detalhará nos procedimentos metodológicos (item 1.2).

Em termos numéricos, do total de 51.267 nomes de lugares registrados pelo IBGE naquele documento, há 22.103 nomes referentes a aglomerados humanos, dos quais 5.575 se referem a cidades. A partir dessa base de dados, selecionamos 269 ocorrências com o sufixo toponímico **-lândia**, 157 com **-pólis** e 4 com **-burgo**, constituindo um *corpus* de 430 topônimos. Para fins comparativos e para testar a hipótese de que houve aumento real do uso de sufixos toponímicos na criação de novos topônimos, cotejamos esse material com outro, criado pelo IBGE em 1940, intitulado *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil*.

1.1 Sufixos toponímicos

Há sufixos toponímicos que se consolidam por processos morfológicos inerentes às línguas em que se formam. Mas nem todos os sufixos presentes em topônimos resultam de processos onomásticos naturais, considerando que nomes de lugares se constituem tanto de maneira espontânea quanto deliberada ou artificial¹.

Também é escusado dizer que a presença de sufixos na formação de nomes de lugares não é exclusiva dos topônimos em língua portuguesa, e tampouco é fato recente. É um processo morfológico bastante produtivo em muitas línguas,

¹ Quando o modo de formação de um topônimo é espontâneo, ali podem constituir-se processos naturais de sufixação, ou seja, formações morfológicas genuínas, resultantes de gramaticalização ou decorrentes de alterações morfológicas naturais da passagem do tempo, como é possível perceber em topônimos portugueses formados, em tempo médio, no século XII (Carvalhinhos, 1998). O segundo processo formativo encerra a construção deliberada de nomes próprios de lugares a partir do manuseio e/ou manipulação de sufixos toponímicos a fim de se obter certo significado para o nome de lugar.

considerando que nomes de lugares são retratos linguísticos de determinada fase de uma língua decodificados sincronicamente. Assim, atuais sufixos podem ter surgido como palavras plenas, ou evoluído a partir de um substrato divergente ponto de vista sintático. Portanto, é possível detectar “como los distintos procesos de formación de palabras del [...] [português] – derivación, composición y parasíntesis – afectan a la construcción de topónimos [...] con el fin de señalar los fenómenos más significativos [...]” (Almela Pérez; López, 2013, p.138).

As observações de Almela Pérez e López (2013) podem servir de base à nossa reflexão inicial para topônimos brasileiros em língua portuguesa, já que os autores consideram esse processo o mais profícuo em espanhol – o que pode ser também um fato aplicável à língua portuguesa. Com muita razão, afirmam que um certo “valor referencial” pode ser perdido quando há a passagem de nome comum a próprio – fenômeno conhecido na literatura internacional como *proprialisation* e aqui cunhado em português como **proprialização**² –, pois em um substantivo comum o falante identifica o valor semântico de um sufixo (rosa < **roseiral**), o que pode não ocorrer com o topônimo derivado de um processo de proprialização ou já concebido como nome próprio (**Roseiral**, vila, MG).

Na verdade, essa percepção de Almela Pérez e López (2013) reforça a já mencionada função denotativa do nome de lugar, o qual, como se observou no início deste artigo, cumpre o papel identificador e georreferenciador mesmo sendo ininteligível, uma vez que no ato de comunicação o topônimo não precisa estar imbuído de significação lexical para funcionar como elemento georreferencial. O inverso é verdadeiro: no caso do topônimo Roseiral, por exemplo, a transparência semântica não invalida sua função dêitica, que, em termos pragmáticos, se sobrepõe ao significado lexical.

2 Michel Bréal (1992 [1897]) menciona uma diferença de grau entre nome próprio e nome comum, denominando-os “signos de segunda potência”. A literatura internacional aponta vários termos ligados aos conceitos: *proprialisation* (também *onymisation*), *appellativisation*, entre outros. Para maiores informações, veja-se Harvalik (2012).

No ato de gênese toponomástica, um sufixo pode ser pleno de significação nas duas situações aqui delineadas. A primeira apresenta-se em episódios de proprialização (a matriz “roseiral” de nosso exemplo), embora nesses casos o sufixo de coleção inteligível fique obliterado pela denotação. A segunda concerne à criação deliberada de um topônimo, em geral já como nome próprio, em que o sufixo toponímico desempenha um papel claramente derivacional e relacional, caracterizando-se como topoformante³. Tais processos são perceptíveis sincrônica e diacronicamente.

Considerando que boa parte dos topônimos coletada e analisada se refere a aglomerados urbanos de vários perfis e tamanhos – cidades, vilas, povoados, entre outros –, a atribuição toponímica possui viés político, sobretudo em aglomerados de maior expressão. Centramo-nos especificamente em sufixos toponímicos que transmitem a ideia “terra de”, nomeadamente **-lândia** e **-pólis**, e uns poucos casos com **-burgo**. Esses topoformantes apresentam significado transparente e, desse modo, constituem excelente material para a construção deliberada de topônimos com função encomiástica, comemorativa ou relacional, em que se evidencia uma qualidade ou atributo da cidade ou aglomerado humano nomeado.

Expostas nossas considerações iniciais, às quais segue o detalhamento dos procedimentos metodológicos, partimos para uma ampla revisão de literatura em que definimos **sufixo toponímico** para delinear, na sequência, o processo geral de formação espontânea e deliberada de topônimos. Também esboçamos um panorama do sistema toponímico brasileiro, ação necessária para descrever a compreensão de alguns processos morfológicos nele presentes.

³ *Topoformant*, termo usado em inglês e traduzido por nós como “topoformante”, expressa perfeitamente a função que queremos indicar. Tratando de topoformantes lexicais, Bába (2016, p. 19) explica que são “um conceito relativo, que só pode ser considerado como tal constituinte do topônimo com base no papel que desempenha dentro do nome, e só pode ser interpretado em um nível sincrônico.” Tradução nossa ao português.

Com vistas à elucidação da conexão entre topônimo e sufixos toponímicos imbuídos da noção relacional, julgamos oportuno refletir sobre um dos mais antigos modos de formação toponímica. Nele, o sufixo estabelece relação adjetival a partir de etnônimos: associar um território ao povo que nele habita, ao seu proprietário (antropônimo) ou até mesmo às riquezas naturais da região (expressa por substantivos comuns) representa formas muito antigas de nomeação. Essa reflexão é necessária para o mapeamento diacrônico e histórico dos principais sufixos toponímicos que configuram relação genitiva ao conectar-se ao elemento base.

Por fim, passamos em revista o comportamento desses sufixos toponímicos exclusivamente na toponímia brasileira, bem como tecemos nossas conclusões a respeito do que se observou. Apresentamos, a seguir, os procedimentos utilizados.

1.2 Procedimentos metodológicos

Coletamos os dados a partir do documento publicado pelo IBGE em 2011. Trata-se do *Índice de Nomes Geográficos (Volume I), Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo*, escala 1:1.000.000. O documento foi transformado em uma planilha base (Excel) na qual são reproduzidos todos os campos presentes no documento original: **nome geográfico, categoria de informação⁴, unidade da federação, latitude, longitude**. A análise foi realizada a partir dessa planilha, criando-se novo campo para a identificação de sufixos toponímicos, entre outros dados que não são relevantes para esta análise. Os elementos levantados permitiram cálculos de totais, verificação de variantes (como **-pole**) e a elaboração de gráficos que acompanham os resultados (cf. item 4). Para identificar os mais antigos sufixos toponímicos e compreender seus mecanismos de formação, consultamos inúmeras fontes bibliográficas com listas de topônimos históricos, em forma latina.

⁴ “informações consideradas na BCIM” (IBGE, 2011, p. 4): “atividades econômicas”, “hidrografia”, “hipsografia”, “limite”, “localidade”, “sistema de transporte”.

O critério de composição do *corpus* passou pela identificação e reconhecimento de certos sufixos como toponímicos, ou seja, sufixos cuja única função fosse criar topônimos. Da articulação desses dados com o levantamento realizado, conseguimos analisar o comportamento de certos sufixos toponímicos na toponímia brasileira a partir do século XIX, nomeadamente **-pólis** (e sua variante **-pole**) e **-lândia**, além de apontar alguns casos em que *burgo*, palavra plena, assume a função de sufixo toponímico (**-burgo**).

2 Revisão de Literatura

2.1 Conceituando sufixo toponímico

Todo toponimista se depara com processos de formação afixal em seus estudos, o que costuma revelar muito sobre a língua. Conquanto somente parte desses sufixos possa ser considerada sufixo toponímico, trata-se de um fenômeno antigo e de interesse no que concerne à formação de topônimos.

Embora não tenhamos encontrado trabalhos com esse termo em bibliografia específica no Brasil, é possível detectar ao menos o termo “sufixo toponímico” em Portugal em mecanismos de busca. Não obstante, não localizamos textos sobre o tema.

Em língua espanhola, o assunto tem merecido mais atenção. Entre os artigos mais antigos sobre o assunto destacamos *Sufijos locativos*, de Gárate Arriola (1930). Na literatura do México, o termo *sufijos toponímicos* aparece para indicar tanto antigos elementos genéricos incorporados ao elemento específico pelo uso (Murzáev, 1967) quanto sufixos próprios para a formação de topônimos. Também a literatura em inglês registra *toponymic suffixes* ou *toponymic endings*. Reafirmamos que foi uma surpresa encontrar tamanha lacuna na bibliografia em língua portuguesa.

De certo modo, a formação toponímica com o uso de sufixos toponímicos relaciona-se à constituição dos gentílicos, comumente constituídos a partir de uma base (topônimo). Em ambos os casos, sufixos que se unem à base expressam noção genitiva.

Como já se esboçou na introdução, dentro de um elenco toponímico marcado pela presença de sufixos haverá com frequência sufixos toponímicos usados como topoformantes, os quais podem ser usados intencionalmente para criar relação de posse ou pertencimento. Ao perceber essa nuance da questão, resolvemos abordar o assunto para lançar luzes sobre o processo de criação artificial de topônimos no Brasil nos séculos XIX e XX.

Nesse período, cada vez mais foram manufaturados nomes de lugares contendo sufixos toponímicos, evidenciando manipulação linguística com objetivos comemorativos e fazendo da língua uma ferramenta de grupos detentores do poder de nomear, tal como preconiza a toponímia crítica. Seja com função participativa ou encomiástica, sufixos toponímicos que incorporam à base a ideia de “terra de” foram amplamente utilizados a partir do século XIX, como se confirmará na análise.

Um sufixo toponímico é, então, um tipo de sufixo é característico de nomes de lugares, destinado à formação de novos topônimos por derivação – embora em certos lugares o conceito também esteja ligado a antigos elementos genéricos incorporados ao elemento específico. Nesses casos, um sufixo toponímico pode estabelecer-se de maneira espontânea pelo processo de gramaticalização de palavras anteriormente plenas⁵, como antigos termos geográficos⁶, fossem físicos ou antrópicos. Assim, várias *polis* e *land* presentes em nomes de lugares no mundo são frutos de evolução linguística

⁵ Palavra plena (*mot plein*) é definida por Tèsnier (1959, p. 53) como aquela investida de função semântica. O autor opõe o conceito a palavra vazia (*mot vide*), por ele caracterizada como ferramenta gramatical. Tèsnier associa a primeira a semantema e a segunda a morfema: “Les mots pleins sont ceux qui sont charges d’une fonction semantique, c’est-à-dire ceux dont la forme est associée directement & une idee, qu’elle a pour fonction de représenter et d’évoquer [...]. Les mots vides sont ceux qui ne sont pas charges d’une fonction semantique.[...] Ce que nous; appelons respectivement les mots pleins et les mots vides sont des notions dont semblent être assez voisines celles que certains linguistes désignent souvent, et bien qu’ils soient loin d’être d’accord entre eux, par les termes de semantemes et de morphemes [...] ».

⁶ Sobre a transformação de um termo geográfico em sufixo toponímico, Murzáev (1967, p. 2) pondera: “Many, but not all, of the toponymic suffixes are modified terms whose meaning is forgotten but may, in a number of cases, be traced upon special linguistic investigation. We may say with a considerable degree of certainty that frequent repetition of a toponymic suffix in names of identical features speaks of its being originally a term.”

(formação espontânea), diferentemente dos casos analisados: aqui, esses elementos são usados de forma intencional na criação de novos topônimos.

Do ponto de vista diacrônico, um sufixo toponímico pode estar composto por várias partes – como desinências e sufixos distintos – e temos ciência de que encará-los como uma estrutura integral os expõe como objeto de crítica da perspectiva da morfologia histórica. Obras como a de Viaro (2011) evidenciam a complexidade de se trabalhar com sufixos, bem como demonstram os inúmeros significados a eles inerentes.

Citamos um exemplo: com função adjetival, o sufixo **-ia** assume a função de sufixo toponímico em construções como Rondônia (Rondon-**ia**). Contudo, e sabendo que sua composição é complexa, é possível considerar formações como **-(ân)ia** (e também **-(ín)ia**) sufixos toponímicos, uma vez que essa composição serve à criação de novos topônimos com intenções comemorativas ou relacionais similares aos populares **-pólis** e **-lândia** (cf. os topônimos brasileiros Guimarães, MG; Severínia, SP; Tocantínia, TO; Paulínia, SP) – embora sejam muito menos produtivos.

2.2 A formação espontânea e não-espontânea de nomes de lugares

Para contrapor a formação espontânea à não espontânea⁷, trazemos alguns dados pontuais⁸ da toponímia portuguesa, a qual apresenta vários sufixos toponímicos formados naturalmente durante o processo de constituição e transformação da língua. Com base em estudos anteriores (Carvalhinhos, 1998, 2005, 2013), podemos afirmar que muitos dos topônimos de Portugal referentes a aglomerados humanos foram oficializados após longo tempo em uso. Em contrapartida, Brasil apresenta sucessivas

⁷ Nem sempre o topônimo surge espontaneamente e passa por processo de fixação – sobretudo quando tratamos de toponímia urbana – mas, ainda assim, tende a preservar traços linguísticos, desde que não seja substituído por um novo topônimo (**retoponimização**, termo mais comum na literatura internacional). A fixação do nome de lugar ocorre pelo uso estabelecido entre os falantes. Por vezes, coincide com uma possível oficialização pelos poderes públicos, a qual propicia a manutenção do topônimo. Por sua vez, este depende de políticas linguísticas e onomásticas do local onde se manifesta.

⁸ São dados pontuais porque a toponímia portuguesa, muito antiga, possui inúmeros processos de gramaticalização e criação de sufixos toponímicos, dos quais fazemos um pequeno recorte.

divisões territoriais no século XX com a consequente municipalização de muitos distritos e criação de novos topônimos por meio da sufixação toponímica não espontânea.

Em Portugal, formas registradas como nomes geográficos em documentos medievais e recuperadas no *Onomástico Medieval Português* (Cortesão, 1912) evidenciam sua consolidação entre os séculos XI e XII. Os registros revelam que certos topônimos surgiram de apelativos, passando pelo processo de proprialização (Harvalik, 2012) e cristalizando-se⁹ como resultados de uma língua antiga que preservou, em muitos nomes, vestígios de declinações latinas hoje identificadas *grosso modo* como sufixos – neste caso, sufixos toponímicos.

Quanto ao mecanismo não espontâneo ou construção deliberada, este também retrata a língua na época de sua criação. Por serem denominações pensadas e refletidas, amiúde os nomeadores fazem uso de afixos para gerar sentidos pretendidos – como a relação entre a terra e seu atributo, seu possessor (loteador/fundador ou apenas benemérito) ou ainda o produto característico da terra ou dela derivado. Não apenas, mas sobretudo em casos de nomeações deliberadas, é fato que por motivos variados a nomenclatura toponímica assume relevância geopolítica¹⁰ e econômica. Sua importância cultural, pois, liga-se intrinsecamente à questão linguística.

2.3 Sufixação no sistema toponímico brasileiro

Por sistema toponímico entendemos, em concordância com Urazmetova e Shamstudinova (2017), um sistema com caráter de convenção, ou seja, um todo espacial em que nomes aparentemente desorganizados e caóticos ganham

⁹ A cristalização garante a preservação dos traços morfológicos, sintáticos e fonológicos do nome oficializado, enquanto a fossilização (Brunhes, 1912), além disso, evidencia a sobreposição de diferentes camadas denominativas, revelando elementos históricos distintos, como em fósseis geológicos.

¹⁰ A padronização dos nomes geográficos é crucial para a sociedade, especialmente em contextos de crise e infraestrutura, sendo central para disputas territoriais (Kerfoot, 2006). Do ponto de vista linguístico, a análise diacrônica revela traços arcaicos e a estratificação da toponímia, enquanto o enfoque sincrônico destaca o interesse pela cognição nos processos denominativos e pela cosmovisão dos grupos humanos sob uma ótica etnolinguística.

interpretação orgânica como um todo. Essa organização é proposta pelo pesquisador, mas induzida por dados linguísticos (como filiação linguística e áreas dialetais, com detecção da estratigrafia léxica) e extralinguísticos ou onomásticos (períodos históricos, invasões, movimentos migratórios, colonizações etc.).

A estrutura da toponímia portuguesa comporta nomes característicos de determinados períodos relacionados às sucessivas invasões sofridas, considerando como primeiro contato identificável a presença de gregos, de fenícios e de romanos na Península Ibérica no contexto da Segunda Guerra Púnica (218 a.C.-201 a.C.), analisados por Carvalhinhos em diferentes ocasiões (como em 1998 e 2013).

Ao contrário da portuguesa, a toponímia brasileira provém do evento pontual da chegada do europeu à América, uma vez que os grupos autóctones eram ágrafos, e sua toponímia era oral e sem registros escritos. Essa toponímia pré-europeia chegou-nos apenas por meio do olhar do colonizador, de modo enviesado e filtrado pelas culturas europeias (Carvalhinhos, 2022). À língua portuguesa do século XVI juntaram-se inúmeras contribuições das línguas autóctones faladas então no território, surgindo uma língua geral da costa que passou a ser usada por europeus, indígenas, africanos e mestiços.

Assim, a toponímia brasileira possui topônimos de filiação linguística mais recente em comparação com Portugal, que apresenta inúmeros sufixos toponímicos decorrentes de processos naturais de evolução linguística. Já a toponímia brasileira apresenta em sua estratigrafia de topônimos tipicamente portugueses, topônimos autóctones de nomeação direta, os de nomeação indireta de três tipos: a) provindos do uso da língua geral no período colonial; b) provenientes da apropriação de vocábulos no léxico comum, empregados como topônimos; e c) topônimos construídos artificialmente por não-indígenas (como bem explica Navarro, 2020).

Além disso, são abundantes os hibridismos e outras influências europeias e africanas, sendo esta última mais marcante em regiões como a Bahia, onde estão presentes nomes de origem iorubá. No restante do território, sua influência ocorre com

menor intensidade, o que se explica pela situação socioeconômica dos africanos durante o período colonial.

Em termos estruturais, topônimos portugueses e brasileiros seguem a mesma configuração sintática, apresentando um elemento genérico (que pode estar oculto) e um elemento específico, ou seja, uma entidade geográfica geralmente identificada por um ou mais componentes, com função de substantivo, ao(s) qual(is) se acresce um nome. Em estruturas básicas, traduz-se em elemento genérico (seguido ou não por preposição) ao qual se articula substantivo ou adjetivo.

A opacização ou perda semântica do elemento genérico conduz à sua assimilação ao elemento específico como se fosse uma unidade, resultando na adoção de novo elemento genérico para acomodar o nome geográfico à estrutura sintática da língua objeto. Tal processo também decorre do contato linguístico, e no Brasil traduziu-se pela incorporação do elemento genérico indígena e sobreposição de elemento genérico português, como em Riacho Ipiranga, do tupi ‘*y pirang*, “água vermelha”, em que ‘*y* era genérico e atualmente é tido como parte integrante do elemento específico, similar ao que Murzáev (1967) cita.

As origens de um tipo de sufixação toponímica que imprime relação entre o radical e o sufixo estão ligadas às mais antigas formas de denominar territórios. Era assim que um etnônimo (“nome do povo”) se conectava à sua terra. Embora consideremos necessário dissertar um pouco sobre os etnônimos a fim de esclarecer esse tipo de formação toponímica, não julgamos oportuno questionar se são de fato etnônimos ou demônimos¹¹. Como Coates (2021, p.7), [n] “este artigo, trataremos

¹¹ Coates (2021) aponta que, embora etnônimo e demônimo sejam semanticamente próximos, diferem em um aspecto principal: etnônimo refere-se a grupos ligados por laços sanguíneos ou étnicos, enquanto demônimo se relaciona a questões geopolíticas, servindo como adjetivo gentílico (Cardeira e Villalva, 2020). Coates assim diferencia os dois termos: “The two terms obviously have rather similar denotations. An *ethnonym* is a name for a group of people related, or assumed to be related, by genetic inheritance (DNA), or, to use the common pre-scientific metaphor, by blood; and often also such a group which shares a material, artistic or spiritual culture. Plenty of difficulty attends (Nyström, 2016) the concept *relatedness* used in such a way, but it is enough for our immediate purpose as a reasonable

provisoriamente os termos como equivalentes, apesar desta importante distinção semântica, utilizando o termo etnônimo para abranger ambos [...]” (tradução minha) A prática de identificar um território pelo nome do povo que nele habita estabelecendo uma relação (adjetiva) entre ambos foi muito comum na Antiguidade, como desenvolvemos a seguir.

2.4 Nomes de territórios antigos e a formação de sufixos toponímicos

Explorar a formação de nomes de países e territórios é fascinante, e um dos fatores que deflagra esse deslumbramento relaciona-se à articulação denotação/conotação. Em função denotativa no discurso, os topônimos costumam atrelar-se a várias conotações que dificilmente se conectam à sua origem etimológica. Essa recuperação permite ao falante sobrepor nova camada de significação ao topônimo, bem como vislumbrar traços sociais, econômicos, físicos, entre outros, presentes no ato denominativo.

A recuperação etimológica, sobretudo quando aplicada a topônimos assaz antigos, revela muito das relações entre povos. Em geral, são nomes dificilmente caracterizados como endônimos, uma vez que só sobreviveram por meio de obras produzidas por viajantes, exploradores, cartógrafos, em suma, pessoas exógenas ao território denominado. Esses exploradores, comerciantes ou viajantes gregos, fenícios, cartagineses, romanos (apenas para citar algumas das camadas mais presentes na história ocidental), nomeavam terras – avistadas, visitadas ou apenas registradas – à sua maneira, usando sua língua e sua cosmovisão. Um traço físico dos habitantes nativos, uma localização ou posição com relação aos pontos cardeais, um recurso natural ou outro aspecto significativo deflagrava a nomeação.

approximation[...]. A demonym is a name for a group of people related by geopolitical allegiance (consensual or coerced) and its attendant bureaucracy. There may be considerable overlap, but rarely if ever exact correspondence in modern societies, in the denotata of the same term applied as an ethnonym and as a demonym (e.g. *Russians* as members of a particular genetically or anthropologically defined East Slavic people, and as citizens of the state called *The Russian Federation*).” (Coates, 2021, p. 6, 7; itálicos no original).

Também os etnônimos formadores de muitos desses topônimos seguem a mesma dinâmica pragmática: há os que são atribuídos internamente, pelo próprio grupo étnico, e os que advêm de interpretação externa ao grupo. Evidentemente, tanto etnônimos quanto topônimos, dada sua perspectiva endo- ou exonímica, serão diferentes quanto ao conteúdo semântico. A denominação autoatribuída pode ser encomiástica, elogiosa, ou fazer menção a um herói epônimo. Já a denominação exonímica, atribuída por grupo externo, pode ser descritiva ou associativa, mas tende a ser preconceituosa.

Essas características são inerentes a vários momentos históricos e lugares distintos, e não são exatamente um traço colonialista eurocêntrico, havendo evidências de comportamentos linguísticos similares no Brasil pré-descobrimento. A cartografia antiga é fonte preciosa para a coleta desses “exo-etnônimos”, como já abordamos anteriormente (Carvalhinhos, 2022, p. 541).

Nesse mesmo texto, mencionamos o comentário 221 de Varnhagen à obra *Tratado descritivo do Brasil em 1578* (Sousa, 1851, p. 382), que aponta uma visão etnocêntrica sobre grupos externos. O termo *tapuia* (“contrário”) era usado tanto para outros indígenas quanto para franceses (*tapuitinga*, ou “tapuia branco”). Os tupis se autodenominavam *tupinambá* e chamavam os povos vencidos de *tupi-ikis* e *tupin-aeni*, ou seja, tupis laterais e tupis maus.

Esta pequena preleção nos auxilia a retratar como sufixos toponímicos se tornaram produtivos na composição de topônimos formados a partir de etnônimos. Partimos, é evidente, da observação sincrônica para verificar quais tipos de sufixos se encaixam nesse modelo de produção onomástica. Alguns são tão produtivos quanto antigos, como **-lândia** e **-(ó)polis**; outros são menos frequentes, mas nem por isso menos relevantes: **-éia**, **-ia** (presente nas formações **-(ín)ia**, **-(ál)ia**, formações que incorporam a ideia adjetiva por um sufixo grego e depois pelo latino **-ia**, provenientes da declinação nessas línguas.

2.4.1 “Terra de”

A pesquisa bibliográfica partiu da perspectiva da atual morfologia de sufixos equivalentes a **-lândia** e **-pólis** (os mencionados **-éia** e **-ia**), direcionando-se à sua origem. As consultas, porém, não revelaram muitos dados. Esses sufixos não estão entre os usualmente estudados. Mesmo uma busca atenta em núcleos dedicados ao estudo etimológico e morfológico, como o Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHILP-USP), foi ineficaz.

Prosseguimos buscando as formas latinas de topônimos antigos para conhecer um pouco mais sobre sua formação. Segundo observamos em consulta ao *Oxford Classical Dictionary* (2024), o qual oferece uma seção sobre geografia antiga que inclui topônimos históricos hoje desaparecidos, boa parte de nomes latinos para províncias e lugares explorados haviam sido atribuídos anteriormente ao período ali retratado por navegadores, cartógrafos e geógrafos gregos. Depreendemos, pois, que muitos desses exônimos eram transliterações de formas gregas a caracteres latinos.

A investigação foi redirecionada, então, à Grécia antiga. É como encontrar agulha em palheiro. São dados extremamente específicos, de difícil localização e dependentes da proficiência em um idioma antigo que não conhecemos. Sabendo que o grego antigo marcava operações sintáticas por meio de declinações, buscamos informações gerais em gramáticas. Todas as pesquisas nos conduziram a um único dado: sufixos como **-éia** e **-ia**, frequentes em topônimos antigos, são, na verdade, a expressão do caso genitivo em grego antigo.

O “graal” é bastante difícil de ser alcançado, se não impossível, pois obtivemos dados gerais que pressupomos indicativos de convergência dos atuais sufixos com significação similar aos que havia em grego antigo, ou até em outras línguas. O problema é complexo porque não se trata apenas de um único sufixo presente nesses exônimos, mas, pelo que parece, de uma sobreposição de terminações oriundas de um período linguístico anterior ao grego antigo.

O sufixo (também toponímico) **-ia**, por exemplo, nem sempre aparece só, podendo articular-se a outras formas afixais. Em topônimos atuais identificamos sufixos toponímicos como **-(ân)ia**, **-(ên)ia**, **-(ín)ia**, **-(ôn)ia**. Sua formação será diversa, a depender da forma-base. Lusitânia *Lusitania*<Lusitani, ou “[território] dos lusitanos”, e assim sucessivamente: Hispânia *Hispania*<Hispani, Germânia *Germania*<Germani. A mesma formação se repete em topônimos mais recentes, como nos exônimos Renânia (região alemã no médio Reno, cujo endônimo é *Rheinland*); Chechênia (transliteração do russo Чечня, cf. Correia, 2008, p. 13), Romênia (da forma latina *Romania*, embora o território fosse conhecido como *Dacia*, com relação aos dácios), entre muitas outras formações similares a estas. Segundo Vallejo Ruiz (2004, p.133),

Los temas indoeuropeos en -on son un recurso configurador de nombres nuevos a partir de otros ya existentes. Algunos de estos nombres acentuaban alguna característica contenida en la raíz antigua; por ello tuvieron una gran importancia a la hora de crear nombres propios (Vallejo Ruiz 2004, p. 133).

A reflexão de Vallejo Ruiz é ampla, incluindo nomes comuns e nomes próprios de várias categorias, oferecendo dados relativos a formações latinas e gregas. Etnônimos são apresentados como categoria onomástica. Seus produtos decorrem do sufixo **-on**, articulado a outros sufixos:

Otro campo donde este tipo de formaciones conoció una especial dispersión es el de la etnonimia o, lo que es lo mismo, los nombres que las poblaciones antiguas se dieron a sí mismas o a pueblos vecinos. En la península, por ejemplo, se documentan varios de estos etnónimos en -on, transmitidos siempre en plural: *Berones*, *Autrigones*, *Ilercauones*, *Luggones*, *Lusones*, *Pelendones*, *Vascones* o *Vettones* (cf Untermann 1993,¹²

¹² A data da referência não parece estar correta, ou o autor cometeu um lapso e não inseriu a publicação correta. Vallejo Ruiz elenca nas referências bibliográficas, em seu texto de 2004, dois textos de Untermann: *Monumenta Linguarum Hispanicarum*, de 1995, e *El tercer bronce de Botorrita*, de 1996, publicação em que Untermann é coautor de Beltrán Llavador. Também cita outra obra de Untermann, de 1993, mas não a insere nas referências. Em um breve levantamento, encontramos uma obra editada

31). Este uso del sufijo nasal para conformar nombres de pueblos no resulta extraño (de la misma manera que en las divinidades), si consideramos en algunos de estos casos la presencia de adjetivos, sustantivos o verbos, cuyo significado se utiliza para ensalzar alguna característica definitoria de la población. Esto parece verse más claramente en algunos ejemplos galos, formados sobre un tema verbal, como *Redones* "conductores de carros" sobre *reid- "ir en vehiculo; *Lingones*, quizá sobre *ling- "saltar" o *Senones* sobre *sen(h)- "ganar, vencer" o sobre el adj. *sena* "viejo". También contiene un elemento nominal *Eburones*, construido sobre *eburo- "jabalí". Otros menos transparentes al análisis son *R(h)(i)edones*, *Turones*, *Santones*, *Acitauones*, *Pictones*, *Suessiones* o *Ceutrones* (Lambert 1994, 34). [...] (Vallejo Ruiz, 2004, p. 141, itálicos no original).

Tomando como base etnônimos da Península Ibérica à época da chegada dos romanos, podemos inferir que formas hoje conhecidas podem guardar, além da terminação latina decorrente da declinação, o sufixo **-on**, já que, segundo Vallejo Ruiz (2004), esse sufixo nasal era usado junto com formas nominais, adjetivais e até verbais para realce semântico de uma "[...] característica definitoria de la población [...]", conforme a última citação. Somente para ilustrar podemos citar os povos vetões, albiões, lusões, vascões (formas atuais a partir do latim, com a partícula on-), entre outros. Os topônimos daí decorrentes poderiam ser constituídos a partir do genitivo, como *vetoni*, *vasconi*, *albioni*, gerando Vetônia, *Vascônia ou *Albiônia. A formação toponímica a partir de etnônimos (e antropônimos) foi postulada por vários autores, como Stewart (1958).

O nome étnico declinado no genitivo, dependendo do caso, registrava-se nas terminações gregas *-εία* e *-ία*. São exemplos de topônimos criados a partir de etnônimos (ou etnotopônimos) *Μαυριτανία* (Mauritânia), *Λαοδικεία* (Laudicéia), *Βιθυνία* (Bitínia), *Γαλλία* (Gália), *Βρεταννία* (Britânia), *Ἰβηρία* (Hispânia) *Αἰτωλία*

por Untermann na data referida, 1993: UNTERMANN, Jürgen; VILLAR, Francisco (Orgs.). **Lengua y cultura en la Hispania prerromana**: actas del V Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25–28 de noviembre de 1989). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1993. (*Acta Salmanticensia*, Estudios filológicos, 251). A incerteza e a impossibilidade de checar os dados – pois não obtivemos o livro de 1993, que é impresso – nos fez optar por referenciar o texto de 1996 em nossas Referências Bibliográficas, texto que tangencia o assunto.

(Aetólia). As mesmas terminações aparecem também em formações antropotoponímicas, como em *Καيسάρεια* (Cesareia) ou *Ἀλεξάνδρεια* (Alexandria), só para citar dois topônimos históricos bastante conhecidos.

Dauzat (1926), ao tratar da formação de nomes de nações, destaca que etnônimos foram os principais deflagradores para a denominação espontânea de nomes de territórios, pois, “Nos tempos antigos, o povo era tudo”:

Em latim, Hispania (Espanha) era a terra dos Hispanos, assim como Gallia (Gália) era dos Gallos, Germania dos Germanos e Italia dos Italianos. A mesma ideia foi expressa por composição no mundo germânico, enquanto os países românicos continuaram a usar nomes sufixados (Francia etc.): England, que traduzimos literalmente como Inglaterra, é o país dos anglos, Deutschland (Alemanha) é o país dos Deutschen (alemães), Denmark (Dinamarca) é o “marco” dos dinamarqueses; a denominação topográfica é mais rara (Nederland, Países Baixos), Oesterreich (Áustria, “reino do leste”), e assim por diante” (Dauzat 1926, p. 186, tradução nossa).

A bibliografia mencionada evidencia que, embora fartamente habituais no Brasil no século XX para nomear novas cidades ou aglomerados humanos, o uso de sufixos toponímicos é muito antigo, seja em formações com os abundantes **-pólis** ou **-lândia**, seja outros menos comuns, caracterizados pela partícula adjetival **-ia** presente em inúmeros nomes de países, como Albânia, Somália, Argélia, Itália ou Austrália.

Assim, esse movimento aparentemente neológico encerra uma formação toponímica comum já na Antiguidade, usada para expressar a presença de determinado grupo étnico em um território (ou sua posse, a depender da perspectiva), como fica patente na citação de Dauzat (1926) e nos exemplos mencionados anteriormente. Aliás, o mesmo tipo de formação toponímica está presente em nomes não ocidentais, em que se pode identificar sufixos toponímicos com igual valor semântico, como *-stan*, do persa, que está presente nos exônimos transliterados Curdistão, Turcomenistão, Afeganistão, entre outros.

É interessante observar, ainda, que às vezes um topônimo como *England*¹³ (*Engla Land*, “terra dos anglos”) não mantém, no exônimo usado no Brasil, *land* vernaculizado em **-lândia**, pois, como vários outros exônimos, a forma brasileira Inglaterra (que coincide com a usada no português europeu) provém diretamente de outro exônimo, neste caso do exônimo francês *Angleterre*, transposição literal da antiga forma *Engla Land*.

2.5 Sufixação na toponímia do Brasil

Em termos gerais, os sufixos mais produtivos no português brasileiro também o são na toponímia brasileira. São sufixos usados comumente na formação de palavras e não podem ser considerados sufixos toponímicos.

Em formações provavelmente espontâneas, comuns à língua, topônimos registram a presença de sufixos diminutivos **-inh** (com flexões de gênero e número: Cacimbinhas, AL; Barreirinha, AM; Tartarugalzinho, AP; Bombinhas, SC; Jacuizinho, RS), **-ete**, **-eto(a)**, **-ito(a)**, **-ote(a)**; aumentativo **-ão** (com flexão de número: Brejões, BA; Lapão, BA; Fundão, ES; Varjão, GO; Sangão, SC; Riachão, MA); expressando coleção, quantidade, cultura: **-al** (com flexão de número ou não): Angical, BA; Carnaubais, RN; Sapezal, MT; Palmeirais, PI); indicando profissão, instrumento, origem, porção, estado, qualidade: **-eir** (com flexões de gênero e número: Cajueiro, AL; Canavieiras, BA; Carrapateira, PB). Como se pode perceber, esses topônimos não apresentam sufixos toponímicos: são sufixos comuns e, portanto, não foram contabilizados neste estudo.

O outro estrato de relevo na formação de topônimos brasileiros é o indígena. Embora não seja nosso foco neste artigo, destacamos alguns formantes tupis mais comuns em construções toponímicas, como o adjetivo *guaçu*, em suas variações *-açu/-asu*, *-uaçu /-uasú*; *mirim*, na contração *-im* (*-ĩ* nos registros coloniais). Expressando ideia

¹³ Veja-se a citação de Harper (2024), com a etimologia de *England*, em 3.2.

de coleção é bastante frequente a forma *-tyba*, com resultantes em *-tuba/-tiba*, e sua variante *-ndyva*, resultando em *-nduva /-ndiva*.

Brasil apresenta, ainda, inúmeros topônimos transplantados (*transferred names*) integralmente de Portugal, bem como de outros países. Vale observar que não há lógica em buscar sufixos toponímicos característicos de outros sistemas toponímicos em topônimos brasileiros¹⁴, motivo pelo qual não foram incluídos em nosso *corpus*.

Ao par de todos esses sufixos de formação espontânea, há os sufixos toponímicos que se prestam à formação de novos topônimos. Passamos a explorar as origens de **-pólis** e **-lândia**, traçando ainda algumas considerações sobre **-burgo**. Na sequência, divulgamos os resultados da análise.

3 Análise. Os principais sufixos toponímicos – “terra de” / “cidade de”: percurso histórico

3.1 Polís/-pólis/-ópolis/-pla, a cidade

Muito comum na formação de topônimos, na Grécia antiga a *polis* era a cidade por excelência. Segundo Rolnik (1988, p.8-9), o habitante comum de uma cidade nesse período não a percebia como espaço geográfico, mas como verdadeira prática política exercida por parcela dos cidadãos. A expansão dessa concepção de cidade para as colônias gregas em regiões da Europa e de Ásia conduziu a substituições toponímicas que implicavam, por um lado, a imposição colonizadora e, pelo outro, a tentativa de mesclar essa visão essencialmente grega com culturas pré-helênicas. Esta retomada histórica faz-se necessária para compreender por que a forma plena *pólis* e o sufixo **-pólis** aparecem com tanta frequência em topônimos históricos.

¹⁴ Não há lógica porque eventuais sufixos presentes nesses topônimos não dizem respeito à sua história em solo brasileiro. A análise etimológica da evolução linguística de cada um desses nomes faz sentido em território português, mas não no brasileiro, pois essas informações etimológicas não aderem à nossa história toponímica. Há topônimos transplantados, como Guimarães (MA), que em seu *locus* original comportam sufixos ou marcas de declinação latina. Transferidos a novo solo, a forma cristalizada não pode ser morfológicamente decomposta e por isso toma como referência a cidade portuguesa.

Jones (1971) e colaboradores refazem o percurso de expansão da pólis grega pela Europa e Ásia próxima. Basearam-se em vários autores gregos clássicos, historiadores, geógrafos etc., para coligir esses dados. Alguns dos muitos topônimos ali mencionados não chegaram à atualidade, embora alguns sejam embriões de topônimos atuais e outros tenham sido reproduzidos por meio de transplante toponímico, como Heliópolis, antiga cidade do atual Egito.

Jones visita regiões ocupadas por civilizações antigas: Trácia (região da atual Bulgária), Ásia (oriente próximo), Lícia, os Gauleses ("The Gaule"), Panfília, Pisídia e Licaônia; Bitínia e Ponto; Capadócia; Cilícia¹⁵; Mesopotâmia e Armênia; Síria; Egito; Cirenaica; Chipre. Descartou a própria Grécia e Macedônia, pois objetivava descrever o processo apenas nas colônias.

A obra cobre um período de alguns séculos, desde aproximadamente 200 a.C. até pelo menos o ano 80 d.C. São registrados vários aglomerados (aqui mantidos na transliteração do autor ao inglês), todos renomeados após iniciado o processo de colonização, dos quais reproduzimos apenas alguns: *Neapolis*, *Callipolis*, *Philippolis*, *Eudoxiopolis*, *Alexandropolis*, *Miletopolis*, *Augustopolis*, *Trapezopolis*, *Marcopolis*, *Antoninopolis*, *Latopolis*, *Crocodilopolis*, entre outros.

Conforme aponta Jones (1971)¹⁶, destacam-se da relação vários topônimos paralelos, como *Cynopolis* — "cidade dos cães" — e *Poneropolis*, que significa "cidade dos criminosos", a denominação popular de *Philippolis*. A criação desses topônimos históricos obedece a um padrão, associando o termo pólis a elementos caracterizadores, tais como atributos (por exemplo, *Neapolis*, "cidade nova"), divindades, independentemente da existência de templo associado (como

¹⁵ Panfília, Pisídia, Licaônia, Cilícia; Bitínia e Ponto situam-se na região da Anatólia, atual Turquia, e ocupavam regiões geograficamente diversas. Capadócia é o único topônimo que se mantém atualmente. Ponto, região próxima ao Mar Negro, também é topônimo histórico.

¹⁶ O autor também destaca formações interessantes que podem ter subsistido em topônimos, embora naquele tempo se referissem a tipos de articulações políticas: as muitas pólis que podiam ligar-se para obter vantagens, sendo o numeral o indicativo de quantas pólis estavam articuladas: tripolis (como Tripoli, capital da Líbia), tetrápolis, pentápolis, hexápolis, heptápolis, octópolis, eneápolis e decápolis.

Aphroditopolis, “cidade de Afrodite”), ou governantes, refletindo frequentemente motivações comemorativas. Entre os homenageados figuram reis e imperadores gregos e romanos de diferentes períodos, como Antonino e Flávio. Estruturalmente, esse modelo de nomeação foi mantido pelos romanos, embora a *urbs* fosse o paradigma de cidade e *civitas* o correspondente natural da pólis grega, em termos políticos.

Esse longo processo é, muitas vezes, ignorado e, para o senso comum, pólis equivale a cidade. Não temos condições de datar quando **-pólis** começa a aparecer como sufixo na língua portuguesa,¹⁷ mas como será possível observar na análise e nos resultados, é sufixo toponímico produtivo na formação de novos topônimos no Brasil nos séculos XIX e XX.

Ao imitar o modelo grego, o criador do topônimo Anápolis, em Goiás, inovou ainda na metade do século XIX ao nomear a cidade. Na sequência, Teresópolis e Petrópolis são fundadas, respectivamente em 1891 e 1857, esta última já apresentando a partícula em sua criação como freguesia em 1846 (São Pedro de Alcântara de Petrópolis). Podemos inferir, então, que a moda grega se instalou no Brasil ainda durante o período imperial, intensificando-se após a República.

3.2 -lândia, “a terra de”

Forma vernaculizada do inglês *land*, terra (cf. nota 13). As muitas “lândias” presentes em topônimos brasileiros são facilmente identificáveis, talvez por força de um dos ícones norte-americanos, o parque Disneyland, aportuguesado para Disneylândia, “terra de Disney”¹⁸. O “quase primeiro” parque temático brasileiro

¹⁷ Cunha (1982, p. 618) define -pole como proveniente do grego pólis, mas não data sua entrada na língua portuguesa.

¹⁸ Gonçalves, Vital e Bernardo (2017) propõem uma análise de construções x-lândia a partir da Teoria da Mesclagem Conceptual. Os autores analisam, além da formação de topônimos, a criação de nomes comuns (como Cracolândia): “[...] procuramos mostrar que as formações mais novas resultam de um processo de blending (mesclagem), em que lândia, agora categorizado como forma combinatória final (Cantero, 2004; Vieira, 2012), projeta, no espaço da mescla, a noção genérica de lugar. A base lexical à esquerda, por sua vez, contribui com o frame que ativa. Desse modo, ‘Disneylândia’ pode ser

também apresentaria esse sufixo na projetada nomeação, Vasconcelândia. O parque acabou não sendo implementado, mas registros demarcam a presença do nome¹⁹.

Mas é em cidades, vilas e outros aglomerados humanos que esse sufixo toponímico é produtivo. Do total de 546 topônimos que apresentam o sufixo toponímico **-lândia** (extraídos de 51.267 registros) relativos sobretudo a aglomerados humanos – vilas, distritos, cidades –, 104 são cidades.

O caminho pelo qual *land* chegou ao inglês é, contudo, bem tortuoso. Almagro Gorbea (2023, p. 63) considera uma série de possibilidades etimológicas, optando por uma provável origem celta (**landā-*), “terreno aberto”, “terra inculta”. A palavra passou a inúmeras línguas significando ora terra plana, ora cultivada, ora apenas terra:

Sin embargo, resulta preferible suponer que procede de la raíz **land-* “campo abierto (valle)”, del celta **landā-* “terreno abierto, terreno inculto, pradera” (Delamarre, 2003: 196; Matasovic, 2009: s.v. **landā-*) [...], que ya A. Holder (1904: 141-142, s.v. *landā-*) consideraba derivado de **landha-*, que interpretó como *kleine eingefriedigte Fläche*, “pequeñas zonas planas cerradas”. *Landa* es una palabra celta que se ha conservado con pequeñas variaciones formales y semánticas en diversas lenguas y dialectos de Europa, desde el antiguo irlandés, el corno y el bretón, pero también ha pasado a lenguas romances, como el italiano y el francés y a las lenguas romances hispanas, como el catalán *landa* “llanura”, en Álava y Navarra “campo llano” y también al vasco-aquitano, donde significa “tierra de labor, heredad cultivada” (Hubschmidt²⁰, 1954: 48; 1959: 145) y al gótico y otras hablas germánicas, pues de ella procede la palabra *Land* “tierra, campo” del alemán actual, que también ha dado lugar a numeroso topónimos (Almagro Gorbea, 2023, p. 63, *itálicos no original*).

interpretada como a “terra de Walt Disney”, no sentido de ser um amplo parque de diversões (local), combinado com personagens criados pelo animador-empresendedor-roteirista, bem como por estúdios cinematográficos e brinquedos de alta tecnologia. Como se pode perceber, a palavra resultante herda características dos dois formativos (os *inputs*), mas apresenta estrutura emergente própria, não constituindo interpretação literal da soma das partes.” Gonçalves, Vital e Bernardo (2017, p. 387). Também Sousa (2023) trata o formante a partir da Morfologia Construcional para analisar as construções de antropônimos (sobre **-lândia** na toponímia cf. p. 80 do referido trabalho).

¹⁹ O empreendimento foi fundado em 1968 pelo humorista José Vasconcelos com o nome Vasconcelândia Empreendimentos Turísticos S/A. Confira-se a notícia “Vasconcelândia é exemplo de fracasso”, *Folha de São Paulo* (1997).

²⁰ O autor não referiu corretamente no trecho citado o nome Hubschmidt, embora nas referências daquele texto não haja erro. A grafia correta é Hubschmid.

A reconstituição etimológica da palavra inglesa *land* aponta o seguinte percurso:

Old English *lond, land*, “ground, soil,” also “definite portion of the earth’s surface, home region of a person or a people, territory marked by political boundaries,” from Proto-Germanic **landja-* (source also of Old Norse, Old Frisian Dutch, Gothic *land*, German *Land*), perhaps from PIE **lendh-* (2) “land, open land, heath” (source also of Old Irish *land*, Middle Welsh *llan* “an open space,” Welsh *llan* “enclosure, church,” Breton *lann* “heath,” source of French *lande*; Old Church Slavonic *ledina* “waste land, heath,” Czech *lada* “fallow land”). But Boutkan finds no IE etymology and suspects a substratum word in Germanic,

Etymological evidence and Gothic use indicate the original Germanic sense was “a definite portion of the earth’s surface owned by an individual or home of a nation.” The meaning was early extended to “solid surface of the earth,” a sense which once had belonged to the ancestor of Modern English *earth* (n.). [...] (Harper, 2024, *itálicos no original*).

Assim como outros formantes toponímicos, há casos em que formas correlatas em nomes comuns não são sufixos, mas constituem um empréstimo de outras línguas como palavras plenas, vernaculizadas. O substantivo comum **hinterlândia**, por exemplo, vem do alemão *Hinterland*, língua sintaticamente distinta do português. Neste caso, *land* não é um sufixo, ocupando a segunda posição em decorrência da declinação. Também se pode somar a essas observações a visão mais recente proposta pela morfologia construcional. Gonçalves (2011 p. 71) considera **-lândia** um *splinter*.

Splinters são definidos pelo autor como “[...] pedaços de palavras utilizados com fins lexicais e geralmente resultam de processos de fusão vocabular (cruzamentos ou substituições sublexicais)”. O autor completa: “No português do Brasil, há outros casos de *splinters*, além de -drasta e -trocinio, como **-lândia**, que aparece em várias formações designando lugar (‘brizolândia’, ‘cracolândia’ e ‘empregolândia’) [...]” (Gonçalves 2011, p. 71, *itálicos no original*).

Vernacularizado, **-lândia** não apenas importa o *land* germânico de base céltica, mas lhe acrescenta **-ia**, de base grega, que, como já dissemos anteriormente, cumpria

uma função genitiva na formação de novos topônimos. Talvez esse conjunto, consolidado em **-lândia**, reforce o valor semântico “terra de”.

3.3 Burgo e -burgo

Por definição, burgo liga-se à definição de cidade medieval. Segundo Le Goff (1992, p. 4),

[...] a cidade medieval já não é a cidade da Antigüidade e da Alta Idade Média — não pensavam, ao obter os forais, as franquias, em criar uma cidade. Pensavam em formar uma comunidade capaz de fazer frente aos senhores, mas ainda sem nome próprio (*cives*, *hospites*, *oppidani*, isto é, cidadãos, hóspedes, habitantes de uma praça forte, ou ainda, simplesmente, *habitatores*, habitantes, ou mesmo *incolae* ou *homines*, termo ao mesmo tempo muito geral e que evoca um vínculo de dependência em face de um senhor), num lugar igualmente sem personalidade própria (*civitas*, ainda cidade, ou *burgus*, burgo, *suburbium*, subúrbio, *oppidum*, praça forte, ou mais vagamente *locus*, lugar, ou *villa*, que designa indistintamente cidade ou aldeia) (Le Goff, 1992, p. 4, itálicos no original).

Na Europa, cada um dos termos destacados por Le Goff possuía significação e funcionamento próprios na sociedade medieval. Fora dos muros dos castelos, os burgos regurgitavam de vida comercial e eram autossuficientes. Nunca houve burgos no Brasil, historicamente, e os que estão registrados na toponímia brasileira são importados. Não são muitos, embora nosso *corpus* não seja exaustivo (o IBGE trabalha com cartografia 1:1.000.000): apenas dez ocorrências correspondentes a três diferentes tipos de formações.

Apresentando burgo como palavra autônoma e íntegra, o povoado baiano Brejo do Burgo é único no elenco. O segundo tipo de formação corresponde a topônimos transplantados, ou seja, apesar de adaptados ao português, são nomes de lugar detoponímicos. Esse é o motivo pelo qual não podemos, nesse caso, considerar o burgo que neles figura como sufixo toponímico (**-burgo**), já que na criação dos novos topônimos não houve a manipulação sufixal.

Topônimos originais são adaptados ao português, e o novo nome é uma forma exônima, como Luxemburgo (povoado, ES), Nova Friburgo (cidade, RJ) e Novo Hamburgo (cidade, RS). Em geral, esses exônimos são adaptações de outros exônimos ao português, e é bastante possível que Luxemburgo provenha do francês²¹ *Luxembourg* ou do original alemão *Luxemburg*. Friburgo e Hamburgo também são exônimos. Os endônimos originais são respectivamente *Freiburg* (em alemão, idioma do cantão suíço assim denominado) / *Fribourg* (francês) e *Hamburg* (alemão) / *Hambourg* (francês). Os dois últimos exônimos são reforçados em sua posição de transferência pelos adjetivos nova/novo, marcadores comuns nesse tipo de construção.

Os demais topônimos do elenco mencionado, contudo, apresentam **-burgo** como sufixo toponímico, em equivalência paradigmática a **-lândia** e **-pólis**. Nesse caso, houve manipulação de uma palavra plena, burgo, e seu uso como sufixo toponímico demonstra manufatura nas construções.

Em certos casos, como Fraiburgo, SC, a escolha é claramente deliberada, com fins de espelhar semanticamente as raízes germânicas dos primeiros habitantes (IBGE, 2024²²), dinâmica que não parece funcionar para os demais topônimos construídos com sufixo toponímico **-burgo**, como Arceburgo, MG, que ascendeu a município em 1911. Segundo o portal IBGE Cidades, o topônimo “[...] foi adotado [...] para indicar a fibra dos moradores, significando: “ARCE” = forte²³ e “BURGOS” = cidade.”

²¹ Vários exônimos que usamos no Brasil são formas adaptadas do francês. Tal fato explica, parcialmente, porque exônimos criados em Portugal são diferentes. Moscou, forma usada no português brasileiro, provém do francês *Moscou* e diverge da forma usada em Portugal, *Moscovo*, decalcada do russo *Москва*, romanizado em *Moskva*.

²² Baseado em informações da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, o IBGE informa que famílias estabelecidas no local (que anteriormente teve outros nomes como Liberata e Butiá Verde) e atuantes no comércio foram a motivação para a criação do topônimo Fraiburgo, originário de uma expressão oral – Dick (1990) o classificaria como dirrematotopônimo, se fosse daquele modo consolidado: “A influência dos desbravadores desse território foi inegável na definição do nome da cidade. Como eram detentores de empresas e comércios era comum a referência trabalho com os Frai, **vou lá nos Frai**, deixando a referência a Butiá Verde cada vez mais apagada.” (o negrito é nosso).

²³ O Portal IBGE Cidades incorpora, na maior parte das vezes, a informação fornecida por prefeituras. Contudo, nem sempre etimologias e significados se assentam ou são checados em fontes linguísticas confiáveis. **Arce-** parece relacionar-se antes ao substantivo latino *arx* / *-is*, “fortaleza”, no sentido de

O mesmo tipo de formação ocorre em nomes de outros municípios mineiros como Felisburgo, “[...] nome idealizado pelo poeta João Batista Lopes de Figueiredo, que considerava os moradores daquelas terras um povo feliz, origem latina do nome.” (IBGE 2024). Luisburgo foi inicialmente chamado de São Luiz. Cordisburgo, por sua vez, era anteriormente o distrito Coração de Jesus da Vista Alegre, assumindo o novo nome como município em 1890. Ambos os topônimos se relacionam ao padroeiro (Sagrado Coração de Jesus).

Também como sufixo toponímico detectamos sua presença no topônimo Boiteuxburgo (vila, SC), referência a José Boiteux, patrono do ensino superior no estado e nome de um município na região do Itajaí. Assim, a formação com o sufixo toponímico **-burgo** é definida por substantivo (antropônimos como Luis, Fray e Boiteux) ou adjetivo (feliz/forte) seguido por sufixo toponímico, com objetivos claramente encomiásticos ou comemorativos.

4 Resultados: incremento do uso de sufixos toponímicos no Brasil após o século XIX

O já mencionado estudo inicial por nós realizado sobre a sufixação na toponímia brasileira, idealizado em 2011 e reformulado em 2014, baseou-se em dados do IBGE de 2011 (documento referido nos **Procedimentos metodológicos**), consolidando 5507 municípios. Naquele momento, e considerando apenas topônimos simples aplicados a municípios (com um único elemento constitutivo como Hidrolândia, GO, e Carvalhópolis, MG), a pesquisa identificou o sufixo toponímico **-pólis** em 45% dos topônimos analisados e **-lândia** em 31%.

Os números daquele estudo inicial incluíam outros sufixos toponímicos igualmente antigos (mas não tão representativos), empregados com a mesma dinâmica e expressando relação genitiva: **-(ál)ia** (como Cristália, MG, e Cruzália, SP), **-(ín)ia**

construção defensiva. Parece-nos, contudo, que o sentido figurado pretendido (“a fibra dos moradores”) seria mais bem contemplado por outra forma latina, como *firmus/-i*.

(como Severínia, SP), **-(és)ia** (como Goianésia, GO) e **-éia** (como Boracéia e Cananéia, SP, ou Brasília, AC).

A prevalência de **-pólis/-pole** e **-lândia** (76% do total analisado), somada à ausência de trabalhos mais específicos sobre o tema ocasionaram a pesquisa cujos resultados ora se discutem, sob novo direcionamento – mais teórico e menos aplicado.

Assim, sob essa nova ótica – considerando apenas os sufixos toponímicos com sentido genitivo como **-lândia** e **-pólis/-pole**, bem como **-burgo** –, reanalisamos o levantamento do IBGE (2011). Do total de 51.267 nomes registrados, são 22.103 topônimos referentes a aglomerados humanos incluindo vilas, povoados, lugares, cidades, sedes de distrito etc. Como só foi possível checar a motivação para a criação desses nomes quando se tratava de entidades municipais (pois povoados e lugares menores dificilmente apresentam documentação oficial que justifique a escolha), eliminamos esses topônimos. A coleta do *corpus* se deu, então, a partir dos 5.575 registros identificados como municípios ou capitais.

Verificamos que entre esses 5.575 topônimos há 272 formados pelo sufixo toponímico **-lândia**, 157 por **-pólis** e variantes e apenas 4 por **-burgo**, totalizando 433 ocorrências. O *corpus* final passou a 430 topônimos, pois, com referência a **-lândia**, alguns registros não se enquadram como topônimos construídos pela manipulação do sufixo. Trata-se de topônimos transplantados (Tailândia, Groenlândia, Nova Zelândia), pelo que optamos por eliminá-los do conjunto, restando 269 topônimos compostos por **-lândia**.

Esse subgrupo de 269 topônimos comporta três tipos de construções, em que os radicais se compõem por: a) antropônimo (prenome, alcunha ou sobrenome); b) produto abundante na terra nomeada, sendo vegetal, animal ou mineral; c) atividade característica.

Os históricos municipais disponibilizados pelo portal *IBGE Cidades* permitem afirmar a construção deliberada desses topônimos com objetivo claramente

comemorativo, no caso do uso antroponímico, ou descritivo/associativo quando ocorrem os dois outros eventos.

No caso das **-pólis** (e da variante **-pole**) há apenas 157 registros, o que faz o sufixo toponímico **-lândia** ser a escolha preferida para a formação deliberada de topônimos atualmente. Em termos de antiguidade, como já explicitamos, **-pólis** é um sufixo toponímico que começa a aparecer ainda em meados do século XIX.

O uso mais assertivo de sufixos toponímicos na criação de novos nomes se relaciona ao aumento substancial de novos municípios a partir do Segundo Império e da República. De acordo com Silva e Lima (2011), o crescimento do número de municípios no Brasil foi exponencial após o século XIX, saltando de 642 municípios em 1872 para 5.575 em 2010²⁴:

[...] há períodos em que muitos municípios são criados e outros nos quais esse processo é bem reduzido. Os maiores aumentos em valores absolutos ocorreram ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1990. Em termos percentuais, entretanto, os primeiros períodos foram muito mais expressivos, registrando, respectivamente, elevações de 32%, entre 1950 e 1960, e de 30%, entre 1960 e 1970. No período de 1991 a 2000, foram emancipados 1 016 municípios que representaram um acréscimo de 18% no total nacional (Silva; Lima, 2011, p. 17).

Os sufixos toponímicos **-pólis** e **-lândia**, funcionais desde a Antiguidade, começam a constituir-se como topoformantes no Brasil no século XIX, quando em apenas 30 anos o número de municípios saltou de 642 em 1872 para 1.121 em 1900, um aumento de aproximadamente 74%. Ainda segundo os autores, “Os maiores aumentos em valores absolutos ocorreram ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1990” (Silva; Lima, 2011, p. 17).

Face ao incremento expressivo no número de municípios e os inevitáveis casos de homonímia, o uso desses sufixos toponímicos revelou-se muito funcional.

²⁴ O número de municípios se mantém estável. O cálculo não varia se consideramos os números de 2010, e por isso optamos por manter os dados do IBGE.

Equivalentes do ponto de vista semântico, a alternância entre um sufixo ou outro podia ser útil para evitar homonímia, como no caso da ex-Anápolis, SP, que precisou ceder o uso do sufixo toponímico **-pólis** para a cidade mais antiga, a Anápolis goiana, tornando-se Analândia.

Embora eliminados de nosso *corpus*, observamos que, por mimetismo, lugares menores como vilas e povoados passaram a adotar o uso desses sufixos toponímicos, como é o caso dos povoados Favelândia, BA; Radiolândia, GO; Walterlândia, AM; Leonópolis, PR; Peresópolis, MT; Galópolis, RS; ou das vilas Herciliópolis, SC; Levinópolis, MG; Cafesópolis, SP; Euclidelândia, RJ; Guaçulândia, MS; ou Mineirolândia, CE, sendo provável que sua criação tenha ocorrido simultaneamente ao incremento do uso na concepção dos nomes de municípios, com aumento expressivo na segunda metade do século XX.

Para verificar nossa hipótese de que houve aumento real na composição de novos topônimos com os sufixos toponímicos **-pólis** (considerando a variante **-pole**), **-lândia** e **-burgo**, cotejamos os dados obtidos com os registros fornecidos pelo IBGE no documento *Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil* (1940). Optamos por trabalhar apenas com totais no país, pois a divisão ali apresentada não coincide com a atual organização política: Goiás incorporava Tocantins e Mato Grosso do Sul não havia sido criado, além da discrepância entre as atuais regiões e as anteriores.

Destacamos, dos quadros sistemáticos, o total de municípios e de distritos em cada estado, cujos topônimos apresentavam os referidos sufixos toponímicos. Coletamos, também, as cidades e vilas presentes no *Prontuário alfabético das sedes de circunscrições*. Chegamos aos números expostos na Tabela 1:

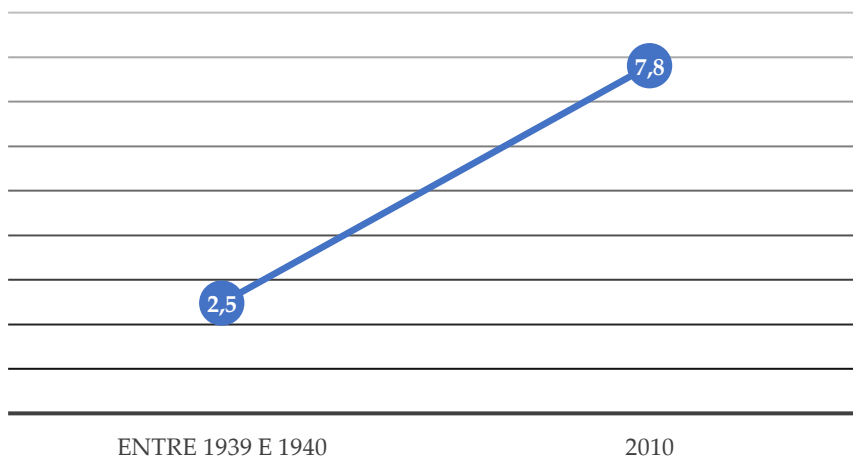
Tabela 1 – Totais e porcentagem de topônimos com sufixos toponímicos.

	Municípios entre 1939 e 1942	Municípios em 2010
Total	1574	5575
Com sufixos toponímicos -pólis/-pole, -lândia, -burgo	39	435
Porcentagem	2,5%	7,8%

Fonte: elaboração da autora.

Os números apurados comprovam que houve um aumento do uso de sufixos toponímicos com relação aos totais, passando de 2,5% em 1940 para 7,8% em 2010, representando um incremento de 5,3%, conforme se vê pelo Gráfico 1:

Gráfico 1 – Porcentagem de topônimos (municípios) formados por sufixos toponímicos.



Fonte: elaboração da autora.

Analisando com mais minúcia cada um desses sufixos toponímicos, observamos sua manutenção quando da mudança de status jurídico e administrativo do aglomerado humano. Por exemplo, algumas vilas relacionadas pelo IBGE no documento de 1940 converteram-se em cidades conservando a sufixação toponímica inicial, como Luisburgo (MG).

Como sufixo toponímico, **-burgo** apresenta apenas 3 ocorrências em 1940, todas em Minas Gerais – proporcionalmente, foi o sufixo toponímico menos produtivo ao longo dessas sete décadas, pois registrou uma queda de 2,6% para 1,4% se comparado ao total dos sufixos toponímicos registrados.

Ao contrário do que ocorre com o levantamento sincrônico, há prevalência do uso de **-pólis** / **-pole** sobre **-lândia** na década de 1940, como se expõe na Tabela 2.

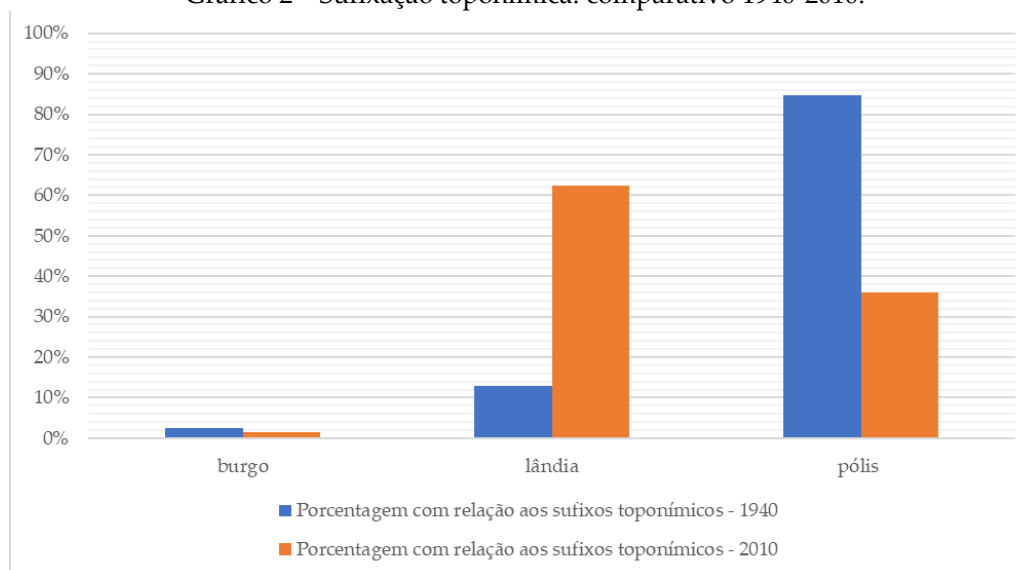
Tabela 2 – Totais de ocorrências (com porcentagens) de sufixos toponímicos nas décadas de 1940 e 2010.

		-burgo	-lândia	-pólis/-pole	Totais
1939-1942 (IBGE, 1940)	Municípios (com sufixação toponímica)	1	5	33	39
	Porcentagem com relação ao total de municípios	0,1%	0,3%	2,1%	2,5%
	Porcentagem com relação aos sufixos toponímicos	2,6%	12,8%	84,6%	100%
2010	Municípios (com sufixação toponímica)	6	272	157	435
	Porcentagem com relação ao total de municípios	0,1%	4,9%	2,8%	7,8%
	Porcentagem com relação aos sufixos toponímicos	1,4%	62,5%	36,1%	100%

Fonte: elaboração da autora.

As primeiras formações deliberadas com o uso desses sufixos toponímicos data, como já se ressaltou, da metade do século XIX. Em 1940, portanto, o uso já estava bem consolidado, registrando impressionantes 84,6% contra apenas 12,8% de construções com **-lândia**, mais recentes. Confira-se o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Sufixação toponímica: comparativo 1940-2010.



Fonte: elaboração da autora.

Note-se que o uso desses sufixos toponímicos coincide com influências externas não linguísticas, mas culturais. Durante o século XIX e nas primeiras décadas do século

XX, a forte influência francesa pode ter sido a responsável indireta pela ascensão do sufixo toponímico **-pólis**, de base clássica. Já o crescimento da forma vernaculizada **-lândia** coincide não apenas com o aumento do número de municípios no país, mas também pode confluir com o crescente impacto dos Estados Unidos da América na geopolítica mundial após a Segunda Guerra.

5 Considerações finais

No tocante à teoria, este artigo consegue propor, com amplas justificativas, o conceito de sufixo toponímico, bem como apresentar sólidas bases históricas sobre cada um desses sufixos formadores de topônimos.

Do ponto de vista aplicado, reconhecemos que se trata de uma exploração inicial sobre o assunto. Há, evidentemente, outras abordagens possíveis e se poderá ampliar a quantidade de sufixos toponímicos a serem analisados, incluindo, por exemplo, os relacionais adjetivais terminados em **-ia**, como Rondônia. Outra possível extensão do assunto engloba uma análise da evolução do uso desses sufixos toponímicos estado a estado.

Apesar de parcial, os resultados confirmam que o uso de sufixos toponímicos que expressam a ideia “terra de”, seja por uma relação genitiva que se pretende comemorativa como no caso de antropotopônimos – Abreulândia, TO; Alvinlândia, SP; ou Petrópolis e Teresópolis, RJ –, seja por exprimir pelo topônimo um produto típico do território, como Cacaúlândia, RO, Babaçulândia, TO ou Trigolândia, RS, Florestópolis, PR.

Em análise comparativa entre dados do IBGE relativos aos anos de 1940 e 2010, verificou-se que o sufixo toponímico **-pólis** é mais antigo, estabelecido desde a metade do século XIX, respondendo por 84,6% de todos os topônimos compostos por esse tipo de sufixação. O sufixo toponímico **-lândia**, pois, é uma marca do século XX e o crescimento expressivo desse tipo de recurso na composição de novos topônimos, registrando (proporcionalmente) um crescimento de mais de 5%, comprova tanto a

transparência semântica desses sufixos toponímicos quanto a intencionalidade na composição de novos nomes.

Além disso, é possível atribuir o uso generalizado do sufixo toponímico **-pólis** na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX à influência francesa na cultura brasileira, bem como a ascensão do sufixo **-lândia** não apenas ao aumento do número de municípios criados, mas também ao incremento da ascendência norte-americana após o fim da Segunda Guerra, em 1945. Novos estudos poderão fornecer mais elementos a respeito dessa interessante questão morfológica na composição toponímica.

Referências

ALMAGRO-GORBEA, M. Landecastro, **Landobriga* y otros topónimos hispanos de origen céltico derivados de *landā*. **Vaccea Anuario**, [S.l.], v. 16, p. 61-70, 2023. DOI <https://doi.org/10.69531/CDRA-4004-PNTV>

ALMELA PÉREZ, R.; LÓPEZ LÓPEZ, A. Morfología de los topónimos. **Revista de Investigación Lingüística**, v. 16:137–164, 2013. Disponível em: <https://revistas.um.es/ri/article/view/208701>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BÁBA, B. Lexical topoformants in toponyms. **Acta Onomastica**, v. 55:17–24, 2016. Disponível em: https://mnynk.unideb.hu/publikaciok/actaonomastica_bb.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. São Paulo, EDUC/Pontes, 1992 [1897].

BRUNHES, J. **Étude de géographie humaine: l'irrigation, ses conditions géographiques, ses modes, et son organisation dans la Péninsule Ibérique et dans l'Afrique du Nord**. Paris, C. Naud, 1902.

CANTERO, M. Formas combinantes: un estudio sobre los procesos morfológicos de truncamiento en español. **Filología y Linguística**, Madrid, v. 30, n. 2, p. 205-214, 2004. DOI <https://doi.org/10.15517/rfl.v30i2.4445>

CARDEIRA, E.; VILLALVA, A. Gentílicos e topónimos portugueses: algumas questões. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 192–213, 2020. DOI <https://doi.org/10.14393/Lex11-v6n1a2020-11>

CARVALHINHOS, P. Onomastics and Toponomastics. *In*: KABATEK, J.; WALL, A. **Manual of Brazilian Portuguese Linguistics**. De Gruyter: Berlim, 2022. p. 513-552. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110405958-019>

CARVALHINHOS, P.; LIMA, A. T. Los pueblos de Portugal y el modelo denominativo medieval. *In*: Second Internacional Conference on Onomastics 'Name and Naming - Onomastics in Contemporary Public Space', 2013, Baia Mare. **Proceedings of the Second Internacional Conference on Onomastics**. Cluj Napoca: Argonaut, 2013. v. 1. p. 277-290

CARVALHINHOS, P. **Hierotoponímia portuguesa de Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas**: estudo de caso as Nossas Senhoras. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHINHOS, P. **A Toponímia portuguesa**: um recorte lingüístico do douro ao Tejo. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COATES, R. Some thoughts on the theoretical status of ethnonyms and demonyms. **Onomastica**, Kraków, v. 65, n. 2, p. 5–19, 2021. DOI <https://doi.org/10.17651/ONOMAST.65.2.1>

CORREIA, P. Geografia do Cáucaso. A folha. **Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias**. Disponível em: https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha28_pt.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

CORTESÃO, A. A. de. **Onomástico medieval português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**, 2ª ed. revista e aumentada, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DELAMARRE, X. **Dictionnaire de la langue gauloise**: une approche linguistique du vieux-celtique continental. *L'Antiquité Classique*, t. 73, 2004. p. 508–509.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2ª edição. São Paulo, Serviço de Artes Gráficas da FFLCH, 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO. Vasconcelândia é exemplo de fracasso. São Paulo, 16 jun. 1997. **Caderno Dinheiro.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi160605.htm>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GÁRATE ARRIOLA, J. Sufijos locativos. **Revista Internacional de los Estudios Vascos - RIEV**, v. 21, n. 2:424-448, 1930. Disponível em: <http://www.eusko-ikaskuntza.eus/PDFAnlt/riev/21/21442448.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GONÇALVES, C. A. V.; VITAL, F. da S.; BERNARDO, S. P. De -lândia a -olândia: abordagem morfossemântica das construções X-lândia no português do Brasil. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 386–407, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2018v21n3p386>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GONÇALVES, C. A. V. Composição e Derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 63–90, 2011. DOI <https://doi.org/10.14393/DL10-v5n2a2011-5>

HARPER, D. Etymology of land. **Online Etymology Dictionary**, Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/land>. Acesso em: 7 ago. 2024.

HARVALIK, M. Appellativisation and Proprialisation: The Gateways between the Appellative and Proprial Spheres of Language. In: **Name and Naming: Synchronic and Diachronic Perspectives**, editado por O. Felecan, 2012:10–17. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

HOLDER, A. **Alt-celtischer Sprachschatz**, II. Leipzig: Teubner, 1904.

HUBSCHMID, J. **Pyrenäenwörter vorromanischen Ursprung und das vorromanische Substrat der Alpen**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1954.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de nomes geográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 1 v. (Coleção Ibgeana). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv56282.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão territorial dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1940.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13618.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. Com introdução e índice de James D. McCawley. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1924.

KERFOOT, H. Role of the United Nations in the standardization of geographical names: some fifty years on. In: UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division (ed.). **Manual for the standardization of geographical names**. United Nations Group of Experts on Geographical Names. New York: United Nations, 2006. p. 83-97. ISBN 92-1-161490-2. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/uneggn/working_groups/training/Netherlands_2002/13_KERFOOT_Role_of_the_UN.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

KÖHNLEIN, B. The morphological structure of complex place names: the case of Dutch. **The Journal of Comparative Germanic Linguistics**, v. 18, n. 3, p. 183–212, 2015. DOI <https://doi.org/10.1007/s10828-015-9075-0>

KRIPKE, S. A. **Naming and Necessity: Lectures Given to the Princeton University Philosophy Colloquium**. Cambridge, MA: Harvard University Press. Edited by Darragh Byrne & Max Kölbel, 1980.

JONES, A. H. M. **The Cities of the Eastern Roman Provinces**. 2ª edição. Oxford: Clarendon Press, 1971. Disponível em: <https://archive.org/details/JonesCitiesEasternRomanProvinces>. Acesso em: 28 jul. 2024.

LAMBERT, P.-Y. **La langue gauloise: description linguistique, commentaire d'inscriptions choisies**. Paris: Éditions Errance, 1994.

LE GOFF, J. **O apogeu da cidade medieval**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MATASOVIĆ, R. **Etymological Dictionary of Proto Celtic**. Leiden Indo-European etymological dictionary series, Brill, 2009.

MURZÁEV, E. M. An international glossary of local geographic terms. Submitted by the Government of the Union of Soviet Socialist Republics. United Nations **Conference on the Standardization of Geographical Names**, Geneva, 4–22 Sept. 1967. Disponível em: https://unstats.un.org/UNSD/geoinfo/UNEGN/docs/1st-uncsgn-docs/e_conf_53_L50.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

NAVARRO, E. de A. Artificial Indigenous Place Names in Brazil: a Classification of Tupi Origin Names Created in the 19th and 20th Centuries. **Revista Letras Raras**. Campina Grande, v. 9, n. 2:252-267, jun. 2020. DOI <https://doi.org/10.35572/rlr.v9i2.1700>

NYSTRÖM, S. Names and meaning. In: HOUGH, C. (org.). **The Oxford Handbook of Names and Naming**. [s.l.]: Oxford University Press, 2016. p. 39-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.26>. Acesso em: 6 jan. 2025.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Oxford classical dictionary**. Disponível em: <https://oxfordre.com/classics/>. Acesso em: 25 out. 2024.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SILVA, J. K. T.; LIMA, M. H. P. Evolução do marco legal da evolução de municípios no Brasil. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010**. Memória Institucional 17. Rio de Janeiro, 2011. p. 17-20. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55077.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SOUSA, D. M. de. **O papel da morfologia na inovação antroponímica no Brasil: um olhar sobre o formativo -lândia**. 2023. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SOUSA, G. S. de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989 [1851]. (Biblioteca Básica Brasileira). Disponível em: <https://fundar.org.br/publicacoes/biblioteca-basica-brasileira/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

STEWART, G. R. And Adam gave names – a consideration of name-lore in antiquity. **Names: A Journal of Onomastics**, v. 6, n. 1, p. 1-19, mar. 1958. DOI <https://doi.org/10.1179/nam.1958.6.1.1>

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksieck, 1959. Disponível em: <https://ia800500.us.archive.org/9/items/LucienTesniereElementsDeSyntaxeStructurale/Lucien%20Tesniere%20Elements%20de%20syntaxe%20structurale.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

UNTERMANN, J. Vários capítulos em: BELTRÁN L., Francisco; DE HOZ, J.; UNTERMANN, J. (org.). **El tercer bronce de Botorrita** (Contrebia Belaisca). Zaragoza: Diputación General de Aragón, 1996.

URAZMETOVA, A. V.; SHAMSUTDINOVA, J. Kh. Principles of place names classifications. **XLinguae**, Nitra, v. 10, n. 4, p. 26–33, 2017. DOI <https://doi.org/10.18355/XL.2017.10.04.03>

VALLEJO RUIZ, J. M. La flexión indoeuropea en -(o)n ; algunos datos onomásticos galos e hispanos. **Pessac : Fédération Aquitania**, PERSÉE : Université de Lyon, CNRS & ENS de Lyon, 2004. Disponível em: <https://gotriple.eu/documents/10.3406%2Faqquit.2004.1383>. Acesso em: 28 set. 2024.

VAN LANGENDONCK, W.; VAN DE VELDE, M. Names and Grammar. In: HOUGH, C. (org.). **The Oxford Handbook of Names and Naming**. [s.l.]: Oxford University Press, 2016, p. 17-38. DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199656431.013.21>

VIARO, M. E. **A derivação sufixal do português**: elementos para uma investigação semântico-histórica. 2011. Tese (Livre Docência em Morfologia Histórica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI <https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-02022018-173614>

VIEIRA, M. de F. O formativo -lândia no português brasileiro contemporâneo: radical ou afixo? **Cadernos do NEMP**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, p. 41-51, 2012.